

Sistema Integrado de Gestão da Informação para Segurança Pública

Edson Rosa Gomes da Silva ¹, Thiago Paulo Silva de Oliveira ², Thiago Souza Araújo ³, Aires José Rover⁴.

edsongomes@ssp.sc.gov.br, thiago.paulo@ijuris.org, araujo.thiago@udesc.br, aires.rover@gmail.com

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento – Universidade Federal de Santa Catarina, Grupo de Pesquisa Governo eletrônico, inclusão digital e sociedade do conhecimento, Av Ivo Silveira, 2320, 88085-001, Capoeiras/Florianópolis/SC, Brasil.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento – Universidade Federal de Santa Catarina, Instituto de Governo Eletrônico, Inteligência Jurídica e Sistemas, Rua Lauro Linhares, 728, sala 105, Trindade, CEP 88036-002, Florianópolis/SC, Brasil.

³ Mestre em Administração da Universidade do Estadual de Santa Catarina, Av. Madre Benvenuta, 2007 – Itacorubi, Florianópolis/SC - CEP: 88035-001, Brasil.

⁴ Professor Doutor, Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina, Campus, Trindade, 88040-900/Florianópolis/SC

Resumo: O presente artigo aborda a temática da gestão do conhecimento e inteligência artificial aplicada à Segurança Pública. Mostra-se o papel do Estado na promoção da segurança pública e a forma como a criminalidade avança perante o alto grau de burocratização governamental. Aborda-se a integração dos sistemas de informação aplicado na Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, e a forma como a utilização dessas ferramentas pode ser um importante passo na busca da maior eficiência no processo de investigação policial.

Palavras-Chave: Governo Eletrônico; Sistemas Inteligentes; apoio à decisão; Tecnologia da Informação.

1. Introdução

Uma das preocupações da sociedade nos dias de hoje, diz respeito à segurança, pois a criminalidade não é um problema exclusivo dos países em desenvolvimento, como pode parecer à primeira vista, mas sim um fenômeno global que toma, cada vez mais, grandes proporções. Esta impressão pode ter sua origem em decorrência do grande alcance dos meios de comunicação, que ajudam a difundir a informação das ações criminosas nas diversas partes do mundo.

Como forma de aplacar as ações dos criminosos, o poder público aos poucos, se volta a utilizar as tecnologias, pautado em um novo paradigma da sociedade da informação que busca através da eficiência a utilização das tecnologias a serviço do cidadão. A proposta desse artigo é intensificar a noção de que o ingresso na era da informação passa primordialmente pelo G2G (Governo para Governo) com a adoção de sistemas inteligentes de governo eletrônico.

Esse artigo se propõe a discorrer sobre o tema segurança, não no sentido mais restrito da palavra, mas de um ponto de vista inovador, qual seja: utilização das tecnologias da informação como forma de subsidiar a tomada de decisão dos agentes públicos visando à prevenção e o combate da criminalidade.

Partindo dos conceitos de governo eletrônico, o artigo se orienta pelo exemplo da integração das tecnologias da informação com as bases de dados das instituições da Secretaria de Segurança Pública, buscando o cruzamento dessas tecnologias com ferramentas computacionais para análise das informações e posterior interpretação das autoridades.

A topologia escolhida para integração dos sistemas será exposta para apresentar as estratégias de visualização dos dados cruzados por meio de um estudo teórico-empírico, utilizando-se de pesquisa documental e o estudo de caso da Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina (SSP/SC).

2. Referencial Teórico

2.1 Papel do Estado na Promoção da Segurança Pública

O papel do Estado é um conceito que não se ousa nesse momento delinear, mas dentre as várias abordagens possíveis o Estado necessita de uma estrutura para atender o cidadão, por maior ou menor que ela seja. A segurança, contudo, é um papel vital para a manutenção do Estado moderno de direito e essa estrutura tende a ser afetada nos dias de hoje pela tecnologia da informação.

Conforme o relatório *e-readness* da organização das Nações Unidas (*United Nations*) (2004) os governos dos países subdesenvolvidos começam a perceber os ganhos provenientes da sinergia com a interação das novas tecnologias da informação e comunicação.

As relações econômicas que compõem a circulação de recursos na sociedade podem ser categorizadas, basicamente, em comércio eletrônico (*e-commerce*) e governo eletrônico (*e-government* ou abreviadamente *e-gov*). Nessa divisão básica há uma separação entre o setor privado e o setor governamental.

Conforme essa classificação, este trabalho aborda o setor governamental, ou seja, o *e-gov*. Uma definição mais exata desse conceito é exposta no relatório 'E-Government Outlook', onde se define *e-gov* como o uso sistemático de sistemas de

informação e tecnologias de comunicação para transformar relações entre cidadãos, empresas e o governo. O documento afirma que o e-gov refere-se ao uso sistemático por agências governamentais de tecnologia da informação e comunicação que tenham a habilidade de transformar tais relações. (E-Government Outlook , 2005, p.1)

As Nações Unidas (*United Nations*, 2004), por sua vez, apresentam uma definição de governo eletrônico mais ampla, caracterizando o conceito como qualquer serviço prestado pelo governo por meio da Internet. Segundo as Nações Unidas, o governo eletrônico tem abrangido serviços de informação e prestação de serviços aos cidadãos, empresários, e entre órgãos do governo por meio eletrônico. O governo eletrônico pode ser ainda considerado, segundo essa instituição, como o uso da tecnologia da informação para aumentar a eficácia das agências governamentais.

A respeito ainda sobre as relações entre instituições no meio digital, há uma classificação bastante usual, exposta por O'Braian (2004), que categoriza as relações econômicas da economia digital, conforme os agentes envolvidos nessas relações, quais sejam: empresa-a-consumidor, do inglês, *business-to-consumer*, ou abreviadamente B2C; empresa-a-empresa, do inglês, *business-to-business*, ou abreviadamente B2B; consumidor-a-consumidor, do inglês, *consumer-to-consumer*, ou abreviadamente C2C; e Governo-ao-cidadão, do inglês, *Government-to-citizen*, ou abreviadamente G2C, que trata de atividades voltadas para o provimento de informações e serviços aos cidadãos, assim como de interações entre o cidadão e o governo.

Adicionalmente, ainda há a circulação de informação entre órgãos do governo, Governo-a-governo (do inglês *Government-to-government*), ou abreviadamente G2G. Conforme o conceito da Companhia de tecnologia da informação de Minas Gerais (2007) o G2G, refere-se às iniciativas no campo do governo eletrônico, voltadas para a integração entre os serviços governamentais, seja para ações de reestruturação ou modernização de processos e rotinas. Conforme essa instituição, há ainda as atividades classificadas como governo-a-negócios (do inglês *government-to-business*), ou abreviadamente G2B, referente às iniciativas na área do governo eletrônico voltado para o provimento de informações e serviços aos investimentos e negócios, bem como de apoio à atratividade e desenvolvimento de negócios em uma região específica.

Dessa forma, nesse trabalho o conceito que nos interessa é, portanto no campo do G2G, que envolve a interação entre os sistemas dos órgãos governamentais, tratando a interação sinérgica das informações, através da interoperabilidade que seria o acesso e o cruzamento indireto das informações dos sistemas transacionais dos órgãos de segurança.

3. Integração de Informações de Sistemas de Governo

Sabemos que a utilização de informações nas áreas governamentais para subsidiar as tomadas de decisões pelos agentes públicos, configura uma forte arma para combater a má utilização da máquina pública. No entanto, essas informações devem ser geradas de forma confiável, pois, caso contrário, pode deixar o administrador com dados imprecisos e/ou incorretos não possibilitando a sustentação para traçar as estratégias necessárias para obter êxito em sua empreitada.

A tomada de decisão poder ser utilizada por diversos segmentos da esfera pública e privada, mas o uso por parte dos órgãos públicos acontece ainda de forma muito incipiente. Isto pode ser em decorrência da pouca tradição do governo em inovar seus métodos de administração. Diferente da iniciativa privada, em constantes mudanças e aprimoramentos, tradicionalmente se lança na busca por eficiência, utilizando-se das tecnologias e novas teorias. Se for observado, percebe-se que a absorção das técnicas adotadas no setor privado é vagarosamente incorporada na gestão pública. Muitas vezes, os grupos criminosos saem na frente e utilizam métodos e técnicas como menciona Silva:

Com os avanços espantosos das tecnologias nas áreas mais significativas da esfera global, os grupos de criminosos utilizam as novas formas de comunicação e transporte. Saindo assim na frente dos governos, utilizando técnicas avançadas de gerenciamento, controle de produção e distribuição. Este é o caso dos cartéis de drogas no mundo (Silva, 2006, p 26).

Logo, nota-se um hiato na forma de se utilizar às tecnologias existentes e investir no desenvolvimento de outras para incorporar as melhores práticas na administração pública.

Pesquisa e desenvolvimento são tidos por muitos agentes públicos como gastos e não investimentos, deixando este papel importante para a iniciativa privada.

A incorporação de uma nova tecnologia traz consigo ganho de eficiência na maioria das vezes, principalmente quando bem implementada.

A globalização mundial trouxe consigo uma grande difusão das tecnologias que foram transferidas das economias de centro às economias periféricas, gerando assim, maior aumento no fluxo de informações e compartilhamento de conhecimento nas diversas partes do globo. O que esbarrou na burocratização das instituições por o medo ou comodidade de seus agentes, que refutaram os benefícios dos adventos das tecnologias, adotando critérios de ressalva quanto à modernização.

Com o passar do tempo e com os avanços tecnológicos, os critérios adotados anteriormente foram mudados gradativamente, apoiados na era do conhecimento. Conhecimento este que cada vez mais está se consolidando nessa sociedade tecnológica voltada aos grandes fluxos de informação, principalmente dos veículos

de comunicação, sobretudo TV, rádio e Internet. Isso fez com que uma grande massa de informações fosse criada nas instituições. Porém, não adianta ter uma massa imensa de informação sem poder trabalhar de forma consistente e consciente com essas informações. Segundo Máximo (2004), para que ocorra o desenvolvimento dos países é preciso que eles tenham capacidade de gerar informações precisas e corretas para a tomada de decisão. Pois nos projetos de políticas públicas ou privadas, há consenso que os melhores recursos estratégicos são as informações produzidas.

No entanto, pode ocorrer um problema com a geração de um número muito grande de informações, pois a utilização desse montante de dados sem os cuidados devidos no armazenamento inviabilizaria todo aproveitamento do processo de geração de informações.

Portanto, percebe-se que tudo está girando de forma muito rápida e CASTELLS (1999) evidencia bem este acontecimento a priori como se pode perceber: o ambiente onde os governos, as empresas e as comunidades interagem vem sendo mudado pela economia da informação. O Recebimento, o tratamento e a armazenagem das informações estão mudando fundamentalmente; e velocidade, flexibilidade e inovação são as palavras de ordem neste novo ambiente.

Verificado o problema, a utilização dos serviços eletrônicos pelos governos está tendo várias iniciativas, embora ainda de forma elementar, pois a utilização do e-Gov, vai além da criação de páginas na Internet para os cidadãos, ela desemboca na exploração de uma gama enorme de possibilidades, como o aprimoramento das tecnologias existentes. Mas não é tarefa fácil, pois a utilização das tecnologias de informação não garante por si só o sucesso e o alcance dos objetivos, mas sim a combinação inteligente com base nas competências organizacionais, ou seja: excelência nos processos de trabalho; dinâmica na relação com a comunidade; valorização e motivação do capital humano; simplificação dos métodos gerenciais e disseminação rápida dos conhecimentos que irá fomentar as estratégias que perdurarão e trarão os benefícios para o governo e conseqüentemente para sociedade. Rocha (2000), menciona que Estados e Municípios não alcançam seus inteiros desenvolvimentos se não usarem informações precisas, atualizadas e de forma rápida sobre os melhores meios de otimizar os recursos gerados em sua sociedade. Acreditamos que o governo federal tem papel importante nesse processo e deva ser o órgão fomentador.

Com a alusão feita por Rocha, podemos observar que o tratamento adequado das informações pode ser uma forma de auxiliar as instituições nas soluções de problemas de várias ordens: econômicos, administrativos e sociais.

Neste ínterim, utilizar a tecnologia da informação para aplacar um dos problemas sociais – um dos mais relevantes nos últimos tempos que é a violência na sociedade – pode ser uma forma engenhosa de combater este mal que nos aflige cada vez de forma mais intensa. Segundo Melo (1999): “A criminalidade do fim do século se

caracteriza por ser complexa; e é este o atributo que vai direcionar a forma precisa e eficiente de combatê-la ou controlá-la.”

Assim o uso da gestão do conhecimento pode ser um diferencial para a prevenção e o combate da criminalidade nestes novos tempos da sociedade de informação. Mas para que isto se concretize é preciso investimento de forma maciça em tecnologia, fazendo com que haja planejamento nas ações e gerem eficiência no combate da criminalidade.

3.1 Planejando a Utilização da Informação

O planejamento na utilização da informação passa por uma série de estratégias que visam, sobretudo, à perfeita utilização da informação. A respeito desse assunto podemos mencionar que a informação deva ter algumas premissas, as quais, segundo o nosso entendimento, são:

- 1) Confidencialidade: garantia de que os dados a serem utilizados sejam acessados apenas por quem tenha autorização para fazê-lo;
- 2) Integridade: confiança da exatidão das informações e que ela seja o mais completa possível;
- 3) Disponibilidade: segurança para quando os usuários autorizados tiverem necessidade de acessar as informações, que elas estejam disponíveis de forma oportuna e com ferramentas analíticas.

Um sistema para funcionar em sua plenitude e gozar de confiabilidade tem que adotar essas premissas em sua concepção. Entretanto, só a adoção destas premissas não garante o sucesso da utilização da informação, mas a adoção de estratégias com o intuito de planejar a coleta, o armazenamento e a análise dos dados é que trará consigo a confiabilidade e o sucesso da gestão da informação.

Podemos mencionar que a respeito da criação de estratégias, o envolvimento das pessoas no processo de construção deve necessariamente envolver o *staff* de comando, os gerentes e supervisores dos processos e a base operacional, sob custo de ser idealizada uma ferramenta que não atende as carências da instituição.

Nas instituições existe uma linha de hierarquia que tem de abastecer a base com soluções para aumentar a eficiências em suas ações. Contudo, para que ocorra o fornecimento destas soluções, a base deve alimentar o staff de comando com informações relevantes das demandas a serem sanadas para otimização do desenvolvimento dos trabalhos. Assim, acontece um processo de realimentação constante do fluxo da informação que são usadas em prol da instituição, a fim de atenuar possíveis erros de concepção na gestão do conhecimento. A Figura 01 apresenta o processo de alimentação.

As informações apresentadas pela base operacional auxiliam na idealização do sistema de inteligência para tomada de decisão. Os sistemas transacionais,

utilizados nas instituições pela base operacional, em sua maioria, são ferramentas que executam o registro e o controle das rotinas diárias.

As informações são depositadas nos bancos de dados idealizados, na sua maioria, para apresentarem relatórios simples sem que ocorra o cruzamento das informações internas e também externas à instituição.

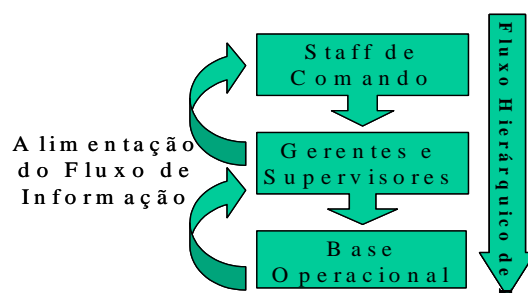


Figura 01 – Fluxo de informações

O cruzamento dos dados e informação entre sistemas faz com que sejam gerados novos conhecimentos oferecendo uma visão holística do arcabouço analisado.

O sistema de inteligência auxilia na exploração e análise das informações gerenciais e táticas das instituições públicas e privadas. Sem produzir novas informações, mas criando visões ou perspectivas administrativas e operacionais diferenciadas para aplicações e atuações eficientes.

O sistema de inteligência agiliza o acesso aos dados, gerando rapidez para coordenação por conta de não haver necessidade de utilizar muitos sistemas para obter as informações necessárias, possibilitando uma análise mais consistente dos dados obtidos. Em consequência, o gestor da informação pode agir de maneira mais confiável com auxílio da tecnologia como enfatiza DINIZ:

[...] uma das principais formas de modernização do estado é resultado do uso estratégico e intensivo das tecnologias de informação e comunicação (TIC), nas relações internas dos próprios órgãos de governo e também das relações do setor público com os cidadãos e as empresas [...] (DINIZ, 2002, p.5)

Dentro desse processo de informatização das instituições, através da adoção de um sistema que possibilite o cruzamento dos dados é fundamental respeitar as autonomias tecnológicas dos setores, órgãos ou instituições. Haja vista que uma das vantagens proporcionada pela nova era do conhecimento é a possibilidade de integrar as mais variadas bases de dados às diversas tecnologias do mercado. Com um bom estudo é possível cruzar as informações fazendo com que os resultados sejam exibidos de forma dinâmica aos usuários finais que devem ter acesso.

Importante é a disposição do ambiente de inteligência, que tem de seguir uma seqüência quando há um ambiente multifacetado de tecnologias. O prudente é que

se tenha uma camada de estágio, que é uma área de tratamento onde os dados extraídos dos sistemas são enviados para serem armazenados. Lá a base consolidada com as varias informações previamente selecionadas fica disponível para a utilização da interface de visualização que realiza a exploração dos dados pelo ambiente de inteligência através de metodologias e ferramentas específicas, atuantes sobre a estrutura de armazenamento. Esta interface apresenta as informações através de relatórios dinâmicos, dados estatísticos ou rede de relacionamento.

Dentro dessa conjuntura, podemos destacar que a maior parte das tarefas tende a ser realizada com a obtenção ou o tratamento das informações das instituições. A figura 02 apresenta uma idéia da arquitetura do sistema.

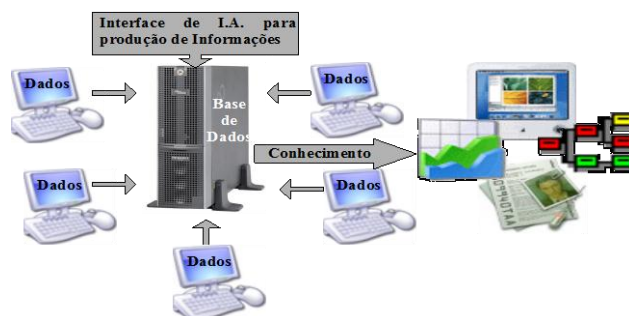


Figura 02 - Inteligência Artificial e Gestão do Conhecimento

Entretanto, para chega no estágio do processo de desenvolvimento de um sistema de inteligência voltado à gestão da informação, algumas etapas não podem ser negligenciadas, como as expostas a seguir; mas não necessariamente nessa ordem, pois a ordem dependerá da parte do processo no qual o órgão se encontra.

- **Etapa de Implementação do Software:** Estabelece a estratégia de implementação de migração e adoções de soluções com base em softwares específicos, previamente analisados e em conformidade com o objetivo pretendido. Nessa etapa foi utilizada a linguagem Java com banco de dados SQL.
- **Etapa de Inclusão Digital:** Estabelecem diretrizes e coordenação estratégicas das ações institucionais de controle das informações.
- **Etapa de Integração de Sistemas:** Estabelece procedimentos e formas para integração de sistemas dos órgãos do governo.
- **Etapa de Sistemas herdados e Permissões de uso:** Estabelece critérios para a evolução dos sistemas herdados, além das formas e normas para a renegociação de contratos com grandes fornecedores, visando à redução de custos e diminuição da dependência.

- **Etapa de Gestão de Sites e Serviços *On-line*:** Estabelece formas e políticas para integração e otimização dos serviços e informações *on-line* prestados pelo governo.
- **Etapa de Infra-Estrutura de Redes:** Estabelece o levantamento e criação das infra-estruturas de rede existentes, visando à integração (voz, dados e imagem) do governo. Nessa etapa foi ampliada a velocidade da rede do governo.
- **Etapa Governo para Governo:** Estabelece a criação de formas de integração das aplicações inter e intra-órgãos dos entes da federação, estados, municípios e demais poderes.
- **Etapa de Gestão do Conhecimento e Informação Estratégica:** Estabelece a análise e criação de formas para a geração e gestão de bases de conhecimento das instituições para gerar o conhecimento estratégico.

Claro que essas etapas não garantem o sucesso do processo de informatização, mas auxiliam com um aporte de norteamento das ações que devam ser executadas ao longo da gestão do conhecimento.

Como forma de apresentar as boas práticas no desenvolvimento de um processo com adoção de um sistema de gerenciamento na tomada de decisão, através da gestão do conhecimento, destaca-se o exemplo da Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina que deu *start* no processo de utilização de um sistema inteligente.

4. Sistema Integrado de conhecimento na Segurança Pública

Buscando subsidiar as autoridades (federais, estaduais e municipais), assim como os poderes constituídos (executivo, legislativo e judiciário), o governo aposta no cruzamento e análise das informações criminais e civis e na capilarização das informações como forma de antecipar as ações adversas, através da projeção de cenários, montando estratégias para neutralizar as atuações criminosas. Alguns estados canalizam esforços na gestão da informação para gerar o diferencial que faltava nas ações de segurança para combate da criminalidade.

A iniciativa de Santa Catarina com a criação do Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP) que tem no ínterim de suas ações a utilização de um ambiente de inteligência para obter informações nos vários sistemas das instituições da Secretaria de Segurança (Polícia Militar, Polícia Civil, Departamento de Administração Prisional, Bombeiro Militar, Departamento Estadual de Trânsito e Instituto Geral de Perícias).

4.1 Gestão da informação na Secretaria de Segurança Pública

A Secretaria de Segurança Pública operava, em suas instituições, com sistemas transacionais que realizavam o armazenamento dos serviços diários prestados à

comunidade. Com a nova visão, pautada na difusão do conhecimento e na gestão da informação, a Secretaria de Segurança Pública realiza a integração de suas informações, através do cruzamento dos dados com a busca de relacionamentos por meio de redes relacionais. Essa tecnologia auxilia na visualização das informações e análise das mesmas.

Para garantir a segurança no processo, a Diretoria de Informação e Inteligência gerencia o processo de gestão das informações, disponibiliza as informações interinstituições e controla os acesso às informações através de regras pré-definidas. Dessa forma o sistema é controlado localmente, mas funciona de forma descentralizada. Entretanto, o maior problema está na liberação das informações internas para serem socializadas entre as várias instituições. Esse problema se resolve a partir do momento que as informações geradas nos sistemas são utilizadas pelos órgãos.

Em síntese, o sistema consiste na seleção de dados relevantes nos vários sistemas das instituições da Secretaria de Segurança de Segurança Pública pelo grupo que coordena o processo, sendo armazenado em uma base de estágio e tratamento de informações. As informações utilizadas são do Departamento Penitenciário, ocorrências da Polícia Militar, Polícia Civil, Departamento de Trânsito, ocorrências de Bombeiros e Perícias Criminais.

Na base do sistema as informações são armazenadas em tabelas no banco de dados e o sistema realiza o tratamento das inconsistências, organizando os dados para posterior consulta. Devido à disparidade encontrada nas tecnologias existentes nas organizações, alguns sistemas foram desenvolvidos e outros reestruturados para poderem se moldar à filosofia da gestão de informação adotada.

O sistema realiza a leitura na base de dados de acordo com a solicitação e apresenta os dados de forma organizada, como foram encontrados nas instituições. A visualização pode ser feita através de relatórios ou redes de relacionamento denominada árvore hiperbólica, a figura 03 dá uma idéia da apresentação dos dados.

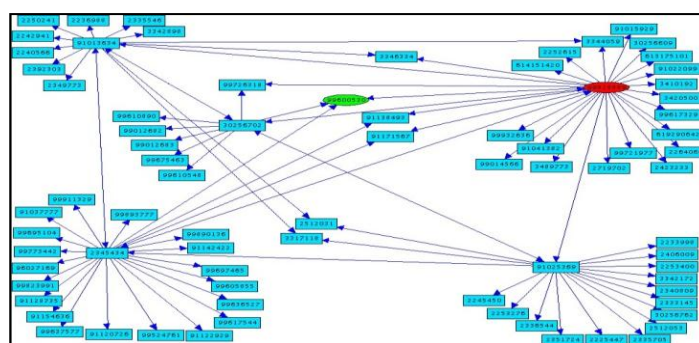


Figura 03 Árvore de Relacionamento

Essa forma de exibição facilita a visualização e a análise, pois apresenta as informações agrupadas por instituição, ou seja, a concentração é apresentada pela instituição que disponibilizou os dados e a inter-relação aparece mostrando o que cada instituição tem a respeito da consulta realizada.

Desse modo, verifica-se se as informações do registro de ocorrência vieram do estabelecimento prisional ou de perícias, pois elas são apresentadas de forma simultânea, não havendo necessidade do analista de segurança entrar em vários sistemas consumindo tempo desnecessário na procura de suspeitos.

O passo seguinte, após a incorporação de todas as informações das instituições internas da SSP, é o convênio com o Poder Judiciário, buscando as informações de forma *online*. Informações como mandado de prisão, processos e outros dados, são cruzadas com as informações dos parentes que visitam os apenados nos presídios como forma de delimitar a área de busca de um possível fugitivo. Sem extrapolar as possibilidades que uma ferramenta desse porte disponibiliza para a segurança pública, podemos mencionar também as informações das empresas de serviços públicos e do sistema judiciário.

Sem sombra de dúvidas, se os governos utilizarem a gestão da informação na área de segurança pública e a integração das bases em níveis municipais, estaduais e federais garantiram mais benefícios ainda para a sociedade.

5. CONCLUSÃO

O presente artigo abordou a utilização das ferramentas de tecnologia da informação pela área de Segurança Pública. Historicamente, constatou-se que a falta de segurança na atualidade é um dos principais problemas da sociedade contemporânea.

O setor privado da economia, por ser mais dinâmico, possui um maior volume de capital para ser investido na área de tecnologia da informação. Mas muitos criminosos também utilizam-se dessas tecnologias para gerir os seus negócios ilícitos, dificultando, ainda mais, a atuação em busca da segurança do cidadão.

A realidade, entretanto, começa a se alterar à medida que o Estado percebe a necessidade de realizar investimentos na área de tecnologia da informação e comunicação, buscando os ganhos de sinergia provenientes da utilização dessa tecnologia. A utilização das tecnologias da informação auxilia na interação entre o governo e o cidadão, o governo e as empresas e até mesmo as relações intergovernamentais.

No que diz respeito às relações de governo para governo, destaca-se a utilização da informação para o combate da criminalidade. No caso do Brasil, a SSP, é referência no uso de gestão do conhecimento com inteligência artificial no Sistema Integrado de Conhecimento na Segurança Pública.

A filosofia do sistema foi desenvolvida objetivando uma maior interação entre as bases de dados das instituições responsáveis pela Segurança Pública do Estado.

O sistema permite a análise dos dados, por analistas, e auxilia na elaboração de relatórios para a criação de estratégias de combate ao crime.

Mais precisamente, o processo de gestão da informação na secretaria de segurança pública seleciona dados relevantes, realiza o tratamento das inconsistências e organiza a base do conhecimento. A partir desse ponto, as informações são expostas em forma de rede de relacionamentos, o que facilita a representação do conhecimento.

A iniciativa é extremamente válida, pois não visa apenas a um combate mais eficiente da criminalidade, como também o fato de torna menos oneroso e mais ágil o processo de investigação das autoridades.

REFERÊNCIAS

_____. Companhia de tecnologia da informação de Minas Gerais (2007) Disponível em: <http://www.premio-e.gov.br/> Acesso em: 06/09/2007.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura. v. 1; 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DINIZ, Eduardo. Relatório Final Governo Digital. v. 22, 170p, 09/2002.

MÁXIMO, Alexandre A.. A importância do mapeamento da criminalidade utilizando-se tecnologia de sistema de informação geográfica. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). UFSC, 2004.

MELO, Ronidalva Andrade de. Repressão à Violência de Proteção de Direitos. Junho, 1999.

SILVA, Edson R. G.. Análise Qualitativa da Criminalidade com Particular Referência à Grande Florianópolis. Monografia apresentada Curso de Economia. UFSC, 2006.

O'BRIEN, James A. Sistemas de informação – e as decisões gerenciais na era da Internet. - 2.ed. - São Paulo: Saraiva, 2004.

ROCHA, César Henrique Barra. Geoprocessamento: tecnologia transdisciplinar. Juiz de Fora. MG: Editora do Autor, 2000.

_____. *UN Global E-Government Readiness Report 2004*, United Nations Dept. of Economic and Social Affairs, 2004. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/un/unpan019207.pdf>>. Acesso em: 06/09/2007.